

**A EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA  
COMO MEDIDA DE INCLUSÃO SOCIAL  
PARA PORTADORES DE DEFICIÊNCIA**

*Michele D'Avila Lopes (UNISUAM)*  
[michelelopes1985@gmail.com](mailto:michelelopes1985@gmail.com)

**RESUMO**

Este trabalho tem como objetivo destacar a funcionalidade da educação a distância enfatizando o seu uso como forma de inclusão social para pessoas com deficiência. Partindo da conceitualização e contextualização dessa modalidade de ensino, fornecendo material que possa servir como auxiliar, para discentes e docentes, procuramos destacar recursos que possam ajudar na compreensão da educação a distância como uma importante prática educativa. Buscamos levantar características e ações que possam auxiliar os educadores a mudar a sua visão sobre educação a distância, disponibilizando ações pedagógicas de utilização dessa tecnologia. Procuramos características reais dessa modalidade de ensino para observarmos o quanto ela pode ser uma saída para a exclusão social e digital de pessoas com deficiência. À medida que as pessoas se conectam, criam laços afetivos e sociais, diminuindo, significativamente, a exclusão. A possibilidade de se especializar, em alguma área específica, auxilia as pessoas com deficiência a conquistar o seu espaço no mercado de trabalho e a construir a sua caminhada de vida com dignidade.

**Palavras-chave:** Deficiência. Distância. Educação. Ensino. Pessoas.

**1. Introdução**

No início do processo de efetivação da educação a distância no Brasil, foram potencializados pontos estratégicos para que ela conseguisse se firmar e conquistar a confiança do público. Pensa-se, normalmente, na comodidade que essa modalidade de ensino oferece e pouquíssimas vezes na sua efetiva função. A educação a distância pode ser muito mais do que parece ser; pode oferecer mais do que a facilidade de estudar de onde quer que esteja sem precisar frequentar, regularmente, as aulas presenciais. Ela carrega uma característica pouco abordada e que deveria ser encarada com mais seriedade: a inclusão social da população com algum tipo de deficiência.

A educação a distância já acontecia no Brasil há muitos anos, com o ensino por correspondência, rádio, entre outros. Porém, o *boom* anunciado da modalidade aconteceu em meados dos anos noventa, com um grande número de instituições sendo credenciadas para oferecer cursos a distância e uma corrida contra o relógio entre candidatos desejando “al-

fabetização” ou, simplesmente, terminar o que deixaram pelo caminho. Belloni (2009, p. 105) destaca a “flexibilização do acesso, numa perspectiva de democratização das oportunidades que significa fundamentalmente rever e tornar menos estritos os requisitos de acesso ao ensino...”.

Observaremos as dificuldades encontradas por portadores de necessidades especiais de capacitação e emprego. As empresas contratam os portadores de deficiência, em sua maioria, exclusivamente para cumprir a Lei estabelecida pelo Governo, ignorando o potencial do indivíduo.

Dessa forma, temos, nas características da educação a distância, uma facilitadora no processo ensino-aprendizagem para esse público. Sabemos que os deficientes possuem necessidades e têm desejos iguais aos de uma pessoa que não é portadora de deficiência. Sendo assim, eles precisam estar no mercado de trabalho para garantirem o seu sustento; necessitam estudar e estar capacitados para a vida profissional, uma vez que esse mercado é excludente por natureza.

As leis são específicas e geralmente não são postas em atividade. Esses cidadãos que precisam trabalhar e estudar encontram diversas dificuldades diárias, desde o transporte público até o acesso e deslocamento dentro das instituições de ensino. A educação a distância entra nesse processo como mediadora entre a dedicação desse deficiente e o sucesso futuro, fazendo com que essas pessoas possam ser capacitadas e atualizadas de maneira efetiva com o objetivo de diminuir o vazio que poderiam ser as suas vidas durante o cotidiano.

## **2. Aspectos pedagógicos da educação a distância**

As salas de aula estão em uma busca cada vez maior pela interatividade, principalmente, as presenciais, já que as *online* têm como princípio essa característica. As tradicionais, como o nome já sugere, continuam com as mesmas perspectivas desde o seu surgimento, o que dificulta o processo. As carteiras ainda estão enfileiradas com o mestre à frente; todos os alunos permanecem juntos assistindo à mesma aula, num determinado momento e dividindo o mesmo espaço. O mais incrível é que o sistema continua semelhante ao dos “primórdios”, com o professor palestrando e os alunos ouvindo atentos em sinal de respeito, já que ele é a figura de maior importância naquele espaço. É ele quem mantém o controle sobre a turma, como sugere Lévy (1998, p. 8): “a escola é uma instituição que há cinco mil anos se baseia no falar/ditar do mestre”.

A prática pedagógica, inserida na tecnologia, precisa ser redimensionada. Para Neto (1998, p. 138): “A informática educacional traz como perspectiva uma utilização da informática que concorra para a educação, caracterizando-se pelo uso do computador como ferramenta para resolução de problemas”. Já a informática educativa é caracterizada “pelo uso da informática como suporte ao professor, como um instrumento a mais em sala de aula, no qual o professor possa utilizar esses recursos colocados a sua disposição”. (NETO, 1998, p. 139)

Ao produzir uma contextualização, temos os softwares como uma parede de contato entre o lado humano e o lado do sistema de computadores. Seguindo essa linha de pensamento, foram criados diversos programas de auxílio e inserção de deficientes no mundo computacional. O simples fato de precisar ligar um computador faz uso de sentidos, que essas pessoas, muitas vezes não possuem. É necessário ler as informações contidas na tela para saber qual ação deverá ser realizada. Após isso, é imprescindível utilizar o mouse ou o teclado para dar prosseguimento às tarefas. Sendo assim, as pessoas com deficiência têm desvantagens e o acesso às tecnologias de informação fica bastante reduzido.

Com o intuito de diminuir significativamente as barreiras entre a tecnologia e a deficiência, diversos artefatos foram desenvolvidos. Como exemplo, podemos citar um software produzido para pessoas com necessidades visuais (cegos ou com baixa visão), o DOSVOX<sup>5</sup>. É um mecanismo formado por um conjunto de sessenta programas que “falam” ao usuário no uso de determinadas operações como editores de textos, por exemplo. Ele permite que pessoas cegas utilizem um microcomputador comum (PC) para desempenhar uma série de tarefas, adquirindo assim um nível alto de independência no estudo e no trabalho.

Algumas ações simples de serem aplicadas e que não aumentariam, significativamente, o custo final do projeto, como colocar legendas em fotos e imagens, ou balancear o sistema de cores para que não gerem dificuldades para a visualização das telas, poderiam ser utilizadas para aumentar o acesso às tecnologias de informação e comunicação, o que levaria a uma melhora importante no desenvolvimento das atividades computacionais de portadores de deficiência.

É precipitado avaliar o difícil acesso de pessoas com deficiência

---

<sup>5</sup> <http://intervox.nce.ufrj.br/m/>

ao mercado de trabalho apenas pelas barreiras físicas que terão de enfrentar ao longo da jornada diária. São muitas as etapas a serem vencidas para que a verdadeira inclusão possa virar realidade, entre elas está a falta de capacitação dessas pessoas.

De acordo com Quevedo, Oliveira e Mantoan:

A profissionalização das pessoas com deficiência é um processo inexistente no Brasil, ou seja, não utiliza métodos e técnicas que levem a uma qualificação adequada e suficiente, que lhes permita competir em igualdade de condições no mercado de trabalho. (QUEVEDO; OLIVEIRA; MANTOAN, 1999, p. 171)

Podemos observar que, a partir do advento da internet, algumas características básicas de constituição de uma sala de aula tradicional foram sendo transformadas. Parafraseando Dias (2010, p. 33) “a educação a distância, em especial por meio da *web* vem romper com esse paradigma”. A possibilidade de aquisição de conhecimento – de onde quer que se esteja, utilizando, apenas, um computador conectado à rede – fascina muitos alunos que já estão exaustos do modelo meramente formal, aplicado à maioria das escolas regulares do país, e, também, dos grandes deslocamentos necessários para chegar às instituições regulares de ensino.

A educação a distância abre um leque de possibilidades para dimensionar o ensino brasileiro, já que os atores principais são outros. Professores e alunos têm seus papéis invertidos e misturados, como confirmam Neves e Filho (2000, p. 7): “professores e alunos tornam-se autores. A comunicação vertical entre os agentes é obrigada a requerer apostentadoria”. Em outras palavras, o método tradicional, em que o professor é o único a transmitir saberes, cai por terra, entrando em campo o orientador da construção do conhecimento pelo aluno. Dessa forma, aquele que faz das suas aulas meras exposições está desinformado e ultrapassado. Hoje, quem não dispõe de teias, cria possibilidades de engendramentos e estimula a intervenção, perde seu espaço, conforme destaca Dias:

Obviamente, a rede pressupõe, também, um fim à passividade do aluno, viabilizando a construção de sua autoformação e de sua autonomia no processo de aprendizagem. A instituição escolar – como espaço sistematizador da aprendizagem – ganha nova dimensão. A virtualidade disponibiliza informação o tempo todo por meio das interações com as tecnologias da informação e comunicação. (DIAS, 2010, p. 35)

O carro-chefe da educação a distância é a capacidade de rompimento de barreiras, sejam elas físicas ou intelectuais. O acesso à rede pressupõe o fim da passividade. A interatividade ganha espaço e marca

seu território nessa modalidade, já que se torna uma prioridade nos cursos. Cada aluno pode entrar em um ambiente virtual de aprendizagem (AVA) e montar seu próprio ritmo de estudo. Não há a obrigação em acompanhar o ditado do mestre ou o seu raciocínio. Nesses ambientes, cada um constrói o seu aprendizado e ao seu tempo. Não é necessário ter pressa para copiar, pois ninguém apagará a matéria. O aluno não terá nem ansiedade para compreender, já que o ritmo é ditado de modo individual.

Nesse ponto, chegamos a um termo muito utilizado e discutido quanto a sua forma de aplicação. Segundo Lévy (1999, p. 79): a “interatividade em geral ressalta a participação ativa do beneficiário de uma transação de informação, a menos que esteja morto, nunca é passivo”. O autor exemplifica o contexto acima com a cena de um receptor que está sentado frente à televisão assistindo à programação e, mesmo sem o controle remoto, interage, interpretando as ações, decodificando as mensagens, sempre de uma maneira particular. Nas turmas online a interatividade é fundamental para que o estudante não se sinta solitário e desestimulado. O contato com os outros participantes da aula e professores é muito importante.

A queda das fronteiras físicas é outro item intensamente discutido quando o assunto é educação a distância. A possibilidade de acesso de qualquer lugar se torna um incentivo às pessoas que já haviam, inclusive, desistido de estudar. Aqueles que durante parte do dia trabalham ou realizam alguma atividade e ficam impossibilitados de frequentar uma escola regular podem optar por estudar a distância a qualquer hora e de qualquer lugar.

Pensar que a informatização do ensino é o predicado imprescindível da transformação educacional é equivocado. Embora ela seja incitadora de mudanças, não pode ser considerada a principal responsável por mudanças que possam ser registradas. Todo esse aspecto funcional é capaz de criar condições favoráveis à aprendizagem. Porém, não se muda um processo de maneira unilateral, não basta ter os melhores equipamentos em funcionamento se não houver quem os opere. Nesse caso, a mudança tem que partir do lado docente.

Atualmente a aula que apresenta aos discentes um profissional todo-poderoso – sem qualquer poder de interação e que contém conteúdos repetitivos e fora da realidade local – é cada vez mais defasada e obsoleta. As oportunidades de obtenção de conhecimento e informação já não

ocorrem somente em sala de aula. Isso se dá, em grande parte, por causa da internet.

Precisamos identificar em alunos e professores a característica de construção do conhecimento, o que fica evidenciado na educação a distância. Para Neves e Filho (2000, p. 30), o “construtivismo é a psicologia cognitiva, cuja principal característica é a construção do conhecimento através do processo da informação”. A teoria do behaviorismo ou condutivismo, em que o aluno é ensinado, à medida que o professor libera saberes, não pode permanecer nessa modalidade de ensino. Os autores concluem:

Parece-nos que o uso de recursos computacionais na educação será tão prejudicial quanto for o desconhecimento do professor e da escola sobre estas novas tecnologias, e a falta de um planejamento de ensino voltado para a construção do conhecimento.

A modalidade a distância vem ganhando espaço e força, rapidamente, ao longo dos anos. Diante desse fato é necessário que esses profissionais da educação sejam inseridos no âmbito técnico e crítico da informatização, para que, além de máquinas possantes, tenhamos profissionais “tinindo” na arte de gerar informação e conhecimento interativos.

### **3. *Ead x educação inclusiva***

Educação a distância e educação inclusiva, a princípio, não fazem muito sentido quando utilizadas de forma unificada, porém mostraremos que a primeira tem a grande possibilidade de fazer a diferença para a segunda. Quevedo, Oliveira e Mantoan (1999, p. 172) em uma reflexão sobre a educação inclusiva ressaltam que “a educação inclusiva, modelo de ensino do movimento de inclusão, é um instrumento poderoso e único de construção de uma atitude social positiva com pessoa com deficiência”.

O portador de deficiência encontra inúmeras barreiras, físicas e psicológicas, para educar-se. Ser alfabetizado, entrar em uma escolar regular, pode se transformar em um tormento que, na maioria das vezes, leva à desistência. Depois de uma porta fechada, o deficiente cria, naturalmente, um bloqueio, uma sensação de medo e vergonha, que pode ser encerrada pelos profissionais da educação como um todo. É uma longa caminhada até chegarmos ao fim desse preconceito.

Ultimamente as empresas têm investido alto em seus setores de recursos humanos. Durante o processo admissional são verificados, entre

diversos itens, a qualificação e o quanto o futuro funcionário pode render em competência. Os portadores de deficiência precisam estar capacitados, já que alguns empregadores levantam suspeitas quanto a sua competência em laborar.

Essa opinião retrógrada precisa mudar. Isso acontecerá quando aumentar, significativamente, o número de pessoas portadoras de deficiência qualificadas que possam gerar confiança e mostrar apoio ao empregador. Quanto maior e melhor forem os currículos, mais credibilidade será transferida às empresas em forma de trabalho. Dessa forma, empresas – sentindo-se seguras e à vontade para contratar pessoas portadoras de deficiência – estão movendo barreiras importantes do processo de inclusão social dessas pessoas necessitadas de atenção especial, humanizando, assim, as relações de trabalho e produção.

As empresas necessitam preencher as vagas, destinadas por lei, aos portadores de deficiências; porém não é fácil, uma vez que não encontram pessoal qualificado. Sendo assim, elas têm duas opções: levar multas do governo por não cumprir a lei; ou efetuar contratações sem nenhuma preocupação com a qualidade do serviço ou a carreira do contratado. É claro que, na maioria das vezes, a contratação é imediata, pelo simples fato de não serem multados.

A partir do momento em que essas pessoas têm um efetivo contato com a educação, sem preconceito ou diferenciação no seu tratamento, elas agregam valores e conhecimentos para as suas vidas. O inciso II do primeiro parágrafo da Constituição de 1988 aborda:

A criação de programas de prevenção e atendimento especializado para as pessoas portadoras de deficiência física, sensorial ou mental, bem como de integração social do adolescente e do jovem portador de deficiência, mediante o treinamento para o trabalho e a convivência, e a facilitação do acesso aos bens e serviços coletivos[...] (BRASIL, 1988)

Sabemos que a vida é uma grande corrida para todos. Se uma pessoa sem deficiência já tem alguma dificuldade para realizar todos os serviços, imaginemos como é dura a vida da pessoa que merece uma atenção especial. Sabemos, também, que todo o território nacional deveria ter, por lei, espaços adequados para receber essas pessoas, mas na realidade não é isso o que acontece. As rampas, para cadeirantes, deveriam existir em todas as ruas, independente do fluxo que recebe. Os sinalizadores de chão para deficientes visuais, por exemplo, também são artigos

de luxo nas cidades. Todo esse aparato seria um grande auxiliador no cotidiano de todos os que dele necessitam.

Se estudar e trabalhar são tarefas complicadas para todos, para o deficiente se torna ainda mais difícil. Uma grande dificuldade é a questão da locomoção. Poucos são os ônibus da frota que são equipados com elevadores para cadeirantes e assento para seus acompanhantes. Além disso, são poucos os motoristas e assistentes preparados para receber esse público. É muito comum ver um ônibus lotado, no horário de grande movimento, passando direto pelo ponto ao ver um deficiente que está prestes a embarcar, assim como é normal observar motoristas deixando passageiros para trás, somente porque tem um cadeirante para entrar no ônibus e que, provavelmente, precisará da sua ajuda.

A falta de consciência da população em relação à deficiência é tamanha que acaba desestimulando essas pessoas. Muitos acabam entrando em um longo processo de depressão pelo fato de serem tratados de modo diferente. Diaz *et al.* (2009, p. 10) expõe como realmente sentem as pessoas com necessidades especiais ao serem tratadas com diferença, ou indiferença:

As injustiças sociais demonstram que mais do que ser diferente, o que coloca o ser humano em uma condição de desvalorização é ser um diferente que possui menos valia no mundo capitalista, onde a valorização de uns em detrimento de outros, expressa valores que impõem uma nova ordem de relações sociais produtivas, que alteram a forma de ser do outro, colocando-o na condição de não humano, ou melhor, de um cidadão ou cidadã de segunda categoria. (DIAZ *et al.*, 2009, p. 10)

Nesse sentido, a educação a distância torna-se uma aliada no processo de inclusão e formação dessas pessoas. A possibilidade de trabalhar e estudar, em um único dia, volta a ser realidade para milhões de brasileiros. A sensação de “menos valia” é intensamente diminuída em cursos a distância e online.

A massificação espacial, encontrada na educação a distância, gera laços entre pessoas que, provavelmente nunca se viram pessoalmente, o que ajuda a diminuir, um pouco, as barreiras que as pessoas levantam para não lidar com deficientes. Não que seja para esconder a deficiência, não é essa a proposta, mas a pessoa consegue ver com outros olhos o portador de necessidades especiais.

Um fator importante que leva à evasão escolar de pessoas com deficiência é a necessidade que elas têm em acompanhar o ritmo de estudos da turma. Na educação online, o aluno segue seu próprio ritmo de estudo,



é a chamada individualização da aprendizagem, onde cada um aprofunda seus conhecimentos da maneira que for melhor para si. Dessa forma, é constituída uma autodisciplina de estudo, pelo fato de ter que estudar a hora que lhe for conveniente, pois as rotinas de estudo são criadas de acordo com a sua vida particular, não necessariamente pela ordem da escola.

O acesso às salas de bate papo online, as listas de discussão sobre conteúdos vistos nas aulas, os tutores e monitores são possibilidades de ajuda da educação a distância que não são vistas na presencial. Essas técnicas de estudo levam ao incentivo à interatividade, à relação social. Assim, pouco a pouco a vida de uma pessoa portadora de deficiência vai caminhando para a inclusão social, de maneira que vínculos sejam criados e relações afetivas, ou simples amizades, sejam desenvolvidas na grande rede de computadores.

O segundo passo após a inclusão digital é a capacitação. Ao estudar, o cidadão se torna um ser informatizado e atualizado. Diversos cursos profissionalizantes são oferecidos na modalidade online. Nesse caso, torna-se mais fácil obter qualificação para, em seguida, entrar no mercado de trabalho. Acabados os traumas vividos em escolar regulares, estando devidamente capacitados com relações afetivas constituídas e bem informados, os deficientes físicos podem sair em busca de um bom emprego, pois já cumpriram os quesitos de adquirir educação, qualificação e informação.

A modalidade a distância tem esse poder de unir diferentes sujeitos em um só espaço. É possível estudar, construir valores, pesquisar, atualizar conhecimentos, se relacionar, além de se manter atualizado com os sites de notícias “instantâneas” sem precisar haver deslocamento. Nessa perspectiva, o deficiente se transforma em um cidadão preparado para cumprir seus deveres e gozar dos seus direitos.

#### **4. Conclusão**

Sendo assim, concluímos que existem caminhos para o fim da exclusão social de portadores de deficiência, um deles é a educação a distância.

Através da contextualização da sua história e das suas apresentações ao longo da sua trajetória, conseguimos mostrar a funcionalidade presente na educação a distância. Mostramos que, apesar dessa modali-

dade ser uma importante arma na guerra contra a exclusão social, ela não pode ser considerada a solução principal. Nesse aspecto, entram em cena os profissionais da educação que farão dela, problematizando e construindo conhecimentos pedagogicamente, uma saída para esse grave problema nacional.

A educação a distância, quando usada de maneira correta e mediada por tecnologias acertadas de comunicação e informação transforma-se em uma grande aliada na construção de saberes garantindo, assim, a constituição significativa de relações interpessoais. Dessa forma, se a educação a distância for usada de maneira correta, por alunos, construindo relações e conhecimentos e, por professores, inserindo seus saberes e desenvolvendo práticas educativas eficazes, essa modalidade de ensino será convertida em uma ferramenta pedagógica auxiliar no processo educativo. A educação a distância possibilitará a inclusão efetiva das pessoas com algum tipo de deficiência na sociedade e, conseqüentemente, ajudará na construção de uma vida saudável, sem preconceito.

Para concluir, podemos perceber que educação a distância precisa ser vista – por profissionais da educação, assim como por usuários – de maneira mais criteriosa, podendo assim, servir como objeto de ajuda na derrubada das barreiras sociais que os deficientes enfrentam todos os dias, nas mais variadas ações.

É com essa perspectiva de inclusão social que encerraremos o nosso trabalho, tentando de alguma maneira que essas pessoas tão “apagadas” se transformem em cidadãos aparentes para a vida e, principalmente, para o mercado de trabalho.

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Maria Elizabeth de. *ProInfo: informática e formação de professores I*: Secretaria de Educação a Distância. Brasília: Ministério da Educação/Seed, 2000.

Associação Brasileira de educação a distância – ABED (s./d). Disponível em: <<http://www.abed.org.br/site/pt/faq>>. Acesso em: 12-11-2015.

BELLONI, Maria Luiza. *Educação a distância*. 5. ed. 1. reimpr. Campinas: Autores Associados, 2009.

BORGES NETO, Hermínio. A informática na escola e o professor. *Anais do Encontro Nacional de Didática e Prática de Ensino*, n. 1. Águas de

Lindóia: S.M., 1998, p. 136-146.

BARSIL – Congresso Nacional. *Lei nº 9.394 de 1996, Lei Darcy Ribeiro*. Brasília: 1996. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm)>. Acesso em: 26-11-2015.

DIAS, Rosilânia Aparecida; LEITE, Lígia Silva. *Educação a distância: da legislação ao pedagógico*. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2010.

DIAZ, Felipe et al. (Org.). *Educação inclusiva, deficiência e contexto social: questões contemporâneas*. 4. ed. Salvador: Edufba, 2009.

FILATRO, Andrea. *Design instrucional na prática*. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2008.

LÉVY, Pierre. *A inteligência coletiva: para uma antropologia do ciberespaço*. São Paulo: Loyola, 1998.

\_\_\_\_\_. *Cibercultura*. São Paulo: Editora 34, 1999.

MAIA, Carmem (Org.). *ead.br: educação a distância no Brasil na era da internet*. São Paulo: Anhembi Morumbi, 2000.

MENEZES, Eliana da Costa Pereira de. *Informática e educação inclusiva: discutindo limites e possibilidades*. Santa Maria: UFSM, 2006.

NCE/UFRJ. *Projeto DOSVOX*. Disponível em: <<http://intervox.nce.ufrj.br/m/>>. Acesso em: 15-11-2015.

NEVES, André Menezes Marques das; CUNHA FILHO, Paulo Carneiro da. *Projeto Virtus: Educação e interdisciplinaridade no ciberespaço*. Recife: UFPE; São Paulo: Universidade Anhembi Morumbi, 2000.

PASTORE, José. *Oportunidade de trabalho para portadores de deficiência*. São Paulo: Ltr, 2000.

QUEVEDO, Antonio Augusto Fasolo; OLIVEIRA, José Raimundo de; MANTOAN, Maria Teresa Eglér. (Orgs.). *Mobilidade, comunicação e educação: desafios à acessibilidade*. Campinas: Edição do Autor, 1999.

WERNECK, Claudia. *Sociedade inclusiva: quem cabe no seu TODOS?* Rio de Janeiro: Wva, 1999.